

**CONTRATO SOCIAL**  
**INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP - LTDA**

1

**RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, maior, empresário, residente e domiciliado em Curitiba, Pr., à Rua Joaquim Silveira da Motta, 296, Guabirota, portador da cédula de identidade RG. Portador do RG sob nº 4086763-5 e CPF. Sob nº 574.460.249-68.

**RUIBAR BARBOZA DOS REIS**, brasileiro, casado, em comunhão universal de bens empresário, residente e domiciliado em Curitiba, estado do Paraná, à Rua Senador Salgado Filho, 1800-casa 16, portador da cédula de identidade RG. nº 4.418.244-0 e CPF (MF) 815.706.009-53.

**RESOLVEM:** Por este instrumento particular de Contrato Social, constituir uma sociedade empresária limitada que se define como sociedade empresária limitada, regendo-se pelos artigos 1052 a 1087, e demais normas pertinentes da Lei nº 10.406, de 11 de janeiro de 2002, mediante as seguintes cláusulas:

**1ª – Denominação**

A sociedade girará sob o nome empresarial **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP - LTDA**.

**2ª – Endereço**

A sociedade terá sua sede à Rua Lourenço Pinto, 196 – 3º andar, Centro – Curitiba-Pr., CEP. 80.010-160.

**Parágrafo Único** – A sociedade poderá a qualquer tempo, criar, extinguir ou transferir filiais, agências ou escritórios, em qualquer parte do território nacional.

**3ª Objeto Social**

A sociedade tem por objetivo social – Pesquisa e Estudos mercadológicos, Edição, Publicação de Livros, Revistas e Boletins, Promoção e Realização de Cursos, Palestras e Seminários e Congressos nas áreas da Administração Pública.

**3ª – Capital Social.**

O capital social inteiramente subscrito e integralizado pelos sócios na importância de R\$ 5.000 (cinco mil reais) dividido em 5.000 cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, neste ato em moeda corrente do país, o qual fica assim distribuído entre os sócios:

<b>SÓCIOS</b>	<b>CAPITAL R\$</b>	<b>%</b>
Rudimar Barbosa dos Reis	3.000,00	60
Ruimar Barboza dos Reis	2.000,00	40
Total	5.000,00	100

**3ª – Duração**

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.



#### **4ª - Responsabilidade dos sócios**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralidade do Capital Social.

#### **5ª – Cessão ou transferência de quotas**

O Sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas, deverá notificar por escrito ao(s) sócio(s), discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento para que este(s) exerça(m) ou renuncie(m) ao direito de preferência, o que deverá acontecer dentro de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

#### **6ª – Administração**

A sociedade será administrada por um Administrador, pessoa física, residente no país, quotista ou não, eleito pela Reunião de Quotistas, com mandato indeterminado. A eleição de Diretor não-sócio obedecerá ao disposto no art. 1061 do CC.

**Parágrafo Primeiro** - Compete ao Administrador representar a sociedade em juízo e fora dele, tendo todos os poderes gerais de administração que a lei lhe outorga para assegurar o funcionamento regular da sociedade, com poderes e atribuições de representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, movimentar contas correntes bancárias, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir, vender e onerar bens móveis e imóveis, irrestritamente, autorizado o uso do nome empresarial, inclusive nomear procuradores em nome da sociedade, quando a prática de qualquer ato assim exigir.

**Parágrafo Segundo** – É expressamente vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, sendo também vedado ao administrador a prestação de avais, endossos e fianças ou cauções de favor em nome da sociedade, salvo em operações ou negócios de seu interesse.

**Parágrafo Terceiro** – Fica eleito para Administrador em mandato indeterminado o sócio Rudimar Barbosa dos Reis, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, analista de sistema, portador da cédula de identidade RG. nº. 4.086.763-5 e CPF sob nº.

**CONTRATO SOCIAL**  
**INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP - LTDA**

3

574.460.249-68, residente e domiciliado em Curitiba, PR, à rua Joaquim Silveira da Motta, 296, Guabirota, CEP 81520-280, nesta Capital.

**Parágrafo Quarto** – O sócio Rudimar Barbosa dos Reis, eleito **Administrador** declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (artigo 1011, parágrafo primeiro da Lei 10.406/2002).

**7ª – Retirada de pró-labore**

Os sócios poderão em comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**8ª – Dissolução, sucessão e retirada**

A Sociedade não se dissolverá em caso de falência, insolvência, incapacidade ou retirada de qualquer sócio quotista, podendo tal dissolução ocorrer somente por deliberação dos sócios ou nos casos previstos em lei.

**Parágrafo Primeiro** – Ocorrendo a dissolução da sociedade por força de lei ou por deliberação dos sócios proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo, caso em que o remanescente do patrimônio social será distribuído entre os sócios, na proporção de suas participações no Capital Social.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese de morte, falência, insolvência ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesses destes ou do(s) sócio(s) remanescentes(s), as quotas pertencentes a tais sócios serão resgatadas pela Sociedade, pelo seu valor de Patrimônio Líquido a ser apurado de acordo com Balanço Patrimonial a ser especialmente levantado para este fim, dentro de 90 (noventa) dias contados da data do evento. O valor de resgate de tais quotas será pago em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, a partir da data em que for aprovado o referido Balanço Patrimonial Especial.

**9ª – Deliberações Sociais**





**CONTRATO SOCIAL**  
**INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP - LTDA**

4

As deliberações dos quotistas serão tomadas em reunião de sócios, que se regerão pelas normas contidas nos artigos 1071 e 1072, do CC, no que forem aplicáveis. Serão, dispensadas as formalidades de convocação previstas na Lei, quando:

- a) todos os sócios comparecerem à reunião ou
- b) quando se comprovar que os sócios ausentes, foram convocados por carta entregue até oito dias de antecedência, contra recibo ou AR, contendo o local, a data e hora da reunião, bem como a ordem do dia a ser discutida.

Cada quota corresponderá a 01(um) voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo Primeiro** - Os sócios reunir-se-ão sempre que for necessário, mediante convocação da Diretoria ou de sócios cujas quotas formem pelo menos um quinto do capital social, e suas resoluções ou decisões constarão do Livro de Atas de Reuniões de Quotistas. Para que as deliberações tenham validade é necessária a presença da maioria societária conforme dispõe o art. 1076 do NCC.

**Parágrafo Segundo** – As deliberações sociais que resultem na alteração dos termos deste Contrato Social dependem da aprovação unânime dos sócios quotistas, vedada a deliberação majoritária.

**10ª – Exercício social, balanço patrimonial e participação dos sócios nos resultados.**

O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será procedido o levantamento do Inventário, Balanço Patrimonial e o Balanço de Resultado Econômico, apurando-se o resultado do exercício, sendo que após as deduções previstas em lei e formação das reservas que forem consideradas necessárias, os lucros ou prejuízos, serão distribuídos ou suportados pelos sócios em proporções que serão estabelecidas pelo voto da maioria simples do capital social.

**Parágrafo Único** – A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais intermediários em períodos inferiores a um ano, e os lucros apurados nessas demonstrações, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios quotistas, a título de antecipação de lucros.

**11ª – Foro**

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

**12ª – Casos omissos**



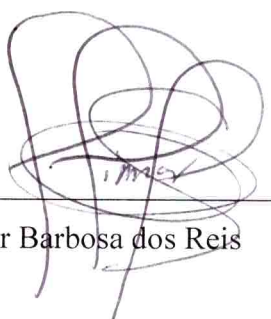
5

**CONTRATO SOCIAL**  
**INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – ESTUDOS E PESQUISAS NA**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INP - LTDA**

Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima, conforme faculta o § único do art. 1.053 da Lei 10.406/02.


E, por assim estarem justos e contratados, datam e assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, que se obrigam por si só e seus herdeiros cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.

Curitiba, 15 de maio de 2008.



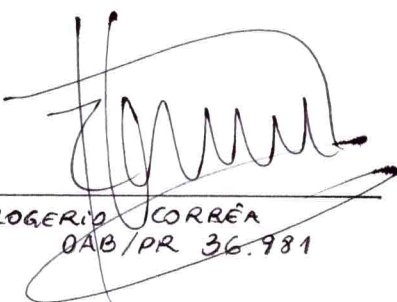
---

Rudimar Barbosa dos Reis




---

Ruimar Barboza dos Reis



---

ROGERIO CORRÊA  
OAB/PR 36.981



---

LARISSA PANKO  
OAB/PR 45.890

